

ASSOCIAÇÃO OBRAS SOCIAIS IRMÃ DULCE

Relatório do auditor independente

**Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016**

ASSOCIAÇÃO OBRAS SOCIAIS IRMÃ DULCE

**Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016**

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Administradores e Conselheiros da
Associação Obras Sociais Irmã Dulce
Salvador - BA

Opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da **Associação Obras Sociais Irmã Dulce** (“Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Associação Obras Sociais Irmã Dulce**, em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e orientações contidas na interpretação ITG 2002 - Entidades sem Finalidade de Lucros, aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Salvador, 10 de maio de 2017.



BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1 - S - BA


Jairo da Rocha Soares
Contador CRC 1 SP 120458/O-6 - S - BA


Manuel Perez Martinez Junior
Contador CRC BA - 025458/O-0

ASSOCIAÇÃO OBRAS SOCIAIS IRMÃ DULCE

Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em Reais)

Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
	Nota explicativa	2016	2015		Nota explicativa	2016	2015
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	20.776	8.528	Fornecedores		10.130	9.458
Contas a receber	5	20.537	24.862	Empréstimos e financiamentos	10	2.218	526
Estoques	6	5.977	5.903	Obrigações tributárias		1.757	1.486
Convênios a receber	7	23.764	30.786	Obrigações sociais e trabalhistas	11	21.370	18.942
Outros ativos		2.027	1.939	Provisão para rescisões trabalhistas	12	9.727	9.975
		73.081	72.018	Recursos de convênios em execução	7	36.882	30.416
				Outras contas a pagar		3	51
						82.087	70.854
Não circulante				Não circulante			
Outros ativos		64	74	Empréstimos e financiamentos	10	221	494
Convênios a receber	7	16.855	-	Provisão para riscos cíveis e trabalhistas	13	12.208	6.027
Depósitos judiciais	8	2.604	1.891			12.429	6.521
Investimentos		4	4				
Imobilizado	9	41.310	44.161				
Intangível		44	44				
		60.881	46.174				
				Patrimônio líquido	14		
				Fundo patrimonial		8.198	8.198
				Doações e subvenções		19.705	19.705
				Reserva de reavaliação		11.799	12.204
				Superávits/ (déficits) acumulados		(256)	710
						39.446	40.817
Total do ativo		133.962	118.192	Total do passivo e do patrimônio líquido		133.962	118.192

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ASSOCIAÇÃO OBRAS SOCIAIS IRMÃ DULCE

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em Reais)

	Nota explicativa	2016	2015
Receitas operacionais brutas			
Com restrição:			
Programa de educação		1.146	1.260
Programa de saúde/convênio		1.689	2.984
Programa de saúde	15	142.048	138.428
Programa de assistência social		2.247	1.210
Sem restrição:			
Sistema único de saúde - POA	16	135.912	125.531
Doações		7.108	7.787
Vendas de produtos e mercadorias		6.839	7.268
Rendimentos financeiros		424	474
Outros recursos recebidos		3.180	2.691
		300.593	287.633
Custos dos serviços prestados e produtos vendidos			
Saúde	17	(257.107)	(244.390)
Educação		(2.512)	(879)
Assistência social		(1.296)	(368)
		(260.915)	(245.637)
Resultado operacional bruto		39.678	41.996
Receitas/(despesas) operacionais			
Despesas com pessoal	18	(20.327)	(18.768)
Despesas gerais e administrativas	19	(13.848)	(15.327)
Materiais diversos		(7.165)	(5.317)
Depreciação		(1.167)	(1.250)
Outras receitas		1.969	1.189
Superávit/(déficit) antes das receitas /(despesas) financeiras		(860)	2.523
Receitas financeiras		-	-
(Despesas) financeiras		(511)	(720)
Superávit/(déficit) do exercício		(1.371)	1.803

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ASSOCIAÇÃO OBRAS SOCIAIS IRMÃ DULCE

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (Em Reais)

	Fundo patrimonial	Doações e subvenções	Reserva de reavaliação	Superávits/ (Déficits) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2014	8.198	19.705	12.417	(1.306)	39.014
Realização da reserva de reavaliação	-	-	(213)	213	-
Déficit do exercício	-	-	-	1.803	1.803
Saldos em 31 de dezembro de 2015	8.198	19.705	12.204	710	40.817
Realização da reserva de reavaliação	-	-	(405)	405	-
Superávit do exercício	-	-	-	(1.371)	(1.371)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	8.198	19.705	11.799	(256)	39.446

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ASSOCIAÇÃO OBRAS SOCIAIS IRMÃ DULCE

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em Reais)

	2016	2015
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Superávit/(déficit) do exercício	(1.371)	1.803
Ajustes:		
Depreciação	4.687	4.421
Juros e variações monetárias e cambiais, líquidas	(70)	184
Valor residual do ativo imobilizado baixado	96	163
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	370
Provisão para contingências	6.182	238
	9.524	7.179
Aumento/(diminuição) das contas de ativo e passivo		
Contas a receber	4.325	(209)
Estoques	(74)	(756)
Convênios a receber	(9.833)	(7.130)
Outros ativos	(71)	(122)
Depósitos judiciais	(713)	7
Fornecedores	267	(1.186)
Obrigações trabalhistas e tributárias	2.452	1.485
Recursos de convênios em execução	6.466	8.273
Outras contas a pagar	349	(117)
Caixa líquido das atividades operacionais	12.692	7.424
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Adições ao imobilizado	(3.155)	(2.455)
Adições ao intangível	-	(6)
Caixa líquido das atividades de investimentos	(3.155)	(2.461)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Empréstimos obtidos	16.037	20.268
Empréstimos pagos	(13.326)	(32.237)
Caixa líquido das atividades de financiamentos	2.711	(11.969)
Redução de caixa e equivalentes de caixa	12.248	(7.006)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	8.528	15.534
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	20.776	8.528
Redução de caixa e equivalentes de caixa	12.248	(7.006)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ASSOCIAÇÃO OBRAS SOCIAIS IRMÃ DULCE

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional

A Associação Obras Sociais Irmã Dulce (“Entidade”) é uma sociedade civil, sem fins lucrativos, considerada de utilidade pública, que foi fundada e idealizada por Irmã Dulce Lopes Pontes, em 26 de maio de 1959 e instalada a 15 de agosto de 1959.

A Entidade tem por fim: (i) desenvolver a assistência social, hospitalar e farmacêutica, ação educativa e caridade, podendo, para tanto, promover a obtenção de recursos no Setor Público e no Setor Privado; e (ii) propor aos poderes públicos a adoção de providências e edição de normas com o objetivo de ampliar e aperfeiçoar a assistência hospitalar, social e educacional dos doentes, idosos e crianças carentes.

Para desempenho de sua ação educativa, a Entidade poderá ampliá-la à área profissionalizante, inclusive organizando unidades para a produção e comercialização de bens ou serviços gerados por meio da educação pelo trabalho.

A Entidade presta atendimento completamente gratuito, e os seus recursos são oriundos eminentemente do Sistema Único de Saúde (SUS), das doações e dos convênios celebrados com o Poder Público nas esferas Federal, Estadual e Municipal, não existindo qualquer contraprestação compulsória por parte do paciente pelo serviço prestado. Consequentemente, todos os gastos e despesas incorridos pela Entidade estão relacionados com suas finalidades estatutárias.

2. Base de preparação

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações Técnicas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), incluindo a Resolução ITG 2002, aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A autorização para conclusão destas demonstrações contábeis foi dada pela Administração da Entidade em 08 de maio de 2016.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico como base de valor, exceto quando indicado de outra forma na nota explicativa correspondente.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que também é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações contábeis apresentadas em Real foram arredondadas para o número inteiro mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas críticas. Este fato também exige que a Administração da Entidade exerça uma maior capacidade de julgamento na aplicação das políticas contábeis da Entidade.

Como o julgamento da Administração envolve a determinação de estimativas relacionadas à probabilidade de eventos futuros, os resultados reais eventualmente podem divergir dessas estimativas. Na preparação das demonstrações contábeis, a Entidade adotou algumas variáveis e premissas derivadas de sua experiência histórica, dentre outros fatores que entende como razoáveis e relevantes. Os resultados poderiam ser distintos dos estimados sobre premissas, variáveis ou condições diferentes, mas as áreas onde julgamentos e estimativas significativos foram feitos na preparação de tais demonstrações contábeis e seus efeitos referem-se a:

- Nota Explicativa nº 9: Determinação de vidas úteis do ativo imobilizado;
- Nota Explicativa nº 5: Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa; e
- Nota Explicativa nº 14: Provisão para riscos cíveis e trabalhistas.

No entendimento da Administração da Entidade, os assuntos acima não apresentam risco significativo de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social.

3. Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis adotadas na preparação dessas demonstrações contábeis estão descritas a seguir. As políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo indicação contrária.

3.1. Ativos financeiros

3.1.1. Classificação

A Entidade classifica seus ativos financeiros sob a categoria de empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial da contratação.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais)

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos no circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Entidade compreendem caixa e equivalentes de caixa e contas a receber.

3.1.2. Reconhecimento e mensuração

Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

3.1.3. Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.1.4. “*Impairment*” de ativos financeiros

A Entidade avalia no final de cada período do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro está deteriorado.

Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de impairment são incorridos somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um “evento de perda”) e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Entidade usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por impairment são:

- Dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras;
- Dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos.

O *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros.

O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento, quando aplicável, tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato.

3.2. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem os saldos de caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor.

Os saldos sem restrições são recursos a serem utilizados na manutenção da Entidade e não possuem restrições para sua utilização.

Os saldos com restrições são recursos com restrição de movimentação, pois sua utilização está vinculada aos convênios e contratos mantidos com terceiros ou necessita de deliberação da Governança Corporativa para destinação.

3.3. Créditos a receber

Os créditos a receber correspondem aos valores a receber decorrentes de contratos e convênios pela prestação de serviços no decurso normal das atividades da Entidade.

Se o prazo de recebimento é equivalente há um ano ou menos (ou outro que atenda o ciclo normal da Entidade), os créditos a receber são classificados no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

Os créditos a receber são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos as perdas estimadas (*impairment*). Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado ou contratado, ajustado pela provisão para perda se necessária.

3.4. Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo de aquisição usando-se o método da média ponderada móvel e, em geral, compreendem os materiais de utilização na operação da Entidade (medicamentos, materiais hospitalares, materiais de consumo, e etc.).

3.5. Imobilizado

3.5.1. Mensuração

O imobilizado é mensurado pelo seu custo de aquisição ou construção, ou custo reavaliado, menos depreciação acumulada e a partir do exercício de 2008, líquido dos saldos de doações e subvenções aplicadas em imobilizado. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

3.5.2. Depreciação

Terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada.

As taxas médias anuais de depreciação para os exercícios corrente e comparativo são as seguintes:

- **Edificações e benfeitorias:** 1,79%;
- **Máquinas e equipamentos:** 4% a 33,3%;
- **Equipamentos médicos:** 6,7% a 33,3%;
- **Aparelhos diversos:** 5% a 33,3%;
- **Móveis e utensílios:** 5,26% a 14,29%;
- **Veículos:** 10% a 20%;
- **Equipamentos de informática:** 5,88% a 33,3%;
- **Outros ativos:** 12,5% a 4,17%.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

3.5.3. Baixa

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil líquido do bem alienado e são reconhecidos em "Outras receitas e despesas", na demonstração do resultado.

3.5.4. Reavaliação

Em 31 de agosto de 2005, a Entidade procedeu à reavaliação dos bens do ativo imobilizado.

A reserva de reavaliação está sendo realizada a crédito do superávit acumulado, com base nas depreciações e/ou baixa dos respectivos bens reavaliados.

3.5.5. Arrendamento mercantil

Os contratos de arrendamento mercantil financeiro são reconhecidos no ativo imobilizado e no passivo de empréstimos e financiamentos, pelo menor entre o valor presente das parcelas mínimas obrigatórias do contrato ou valor justo do ativo dos dois, o menor. Os montantes registrados no ativo imobilizado são depreciados pelo menor prazo entre a vida útil-econômica estimada dos bens e a duração prevista do contrato de arrendamento. Os juros implícitos no passivo reconhecido de empréstimos e financiamentos são apropriados ao resultado de acordo com a duração do contrato pelo método da taxa de efetiva de juros.

3.5.6. Bem reversível - imóvel

Em setembro de 2013, a Entidade recebeu do Governo do Estado da Bahia, por meio da Secretaria da Administração sob Contrato de Concessão de Uso nº 0001/2013, não oneroso, pelo prazo de 20 anos do bem imóvel do antigo Campo do SESI, no montante de R\$ 2.267, para a construção de um centro oncológico (radioterapia) destinado ao atendimento integral de pacientes do SUS, podendo o Estado da Bahia no final do contrato realizar a transferência dominial de maneira gratuita.

3.6. Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à depreciação e amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente. Os ativos não financeiros, que tenham sofrido impairment, são revisados para a análise de uma possível reversão do impairment na data de apresentação do relatório.

3.7. Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal das operações, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

3.8. Provisões

As provisões são reconhecidas quando: a Entidade tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais)

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

3.9. Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos de créditos a receber e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (impairment), estejam próximos de seus valores justos, considerando os prazos de realização e liquidação desses saldos, de no máximo 360 dias. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais, futuros, pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Entidade para instrumentos financeiros similares. As taxas de juros efetivas nas datas dos balanços são as habituais no mercado e os seus valores justos não diferem significativamente dos saldos nos registros contábeis. As aplicações financeiras, representadas por aplicações em Caderneta de Poupança e Fundos de Curto Prazo e classificadas como empréstimos e recebíveis, foram avaliadas com base na taxa de remuneração contratada junto à respectiva instituição financeira, considerada como taxa habitual de mercado.

3.10. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

3.10.1. Receitas

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviço no curso normal das atividades da Entidade.

A receita é apresentada líquida dos abatimentos e dos descontos.

A Entidade reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade.

Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização.

(i) Receitas do segmento de saúde

São receitas oriundas da contratação dos leitos pertencentes ao Hospital Santo Antônio e postos à disposição dos gestores Estadual e Municipal, por meio do Sistema Único de Saúde, pelo instrumento de contratualização de hospitais privados filantrópicos, pagos por dotação orçamentária do Ministério da Saúde. São reconhecidas no resultado pelo seu valor justo mensurado mensalmente por meio do cumprimento das metas quantitativas e qualitativas contratadas e pelo valor fixado no Contrato de Metas.

(ii) Receitas de convênios

São alocadas as receitas auferidas com convênios, subvenções e auxílios financeiros realizados com entidades de direito privado e público. À medida que a Entidade incorre em custos e aplica em investimentos (aquisição de imobilizado, reformas etc.), os valores são apropriados à receita de convênios e com a divulgação do CPC 07 - Subvenção e Assistência Governamentais, aprovado pela Resolução CFC nº 1.143/08, a Entidade, por analogia, passou a constituir provisão para retificação de seu ativo imobilizado no montante dos recursos recebidos dessas doações e subvenções. Também considera as receitas oriundas dos contratos firmados com a Secretaria de Saúde do Estado da Bahia, para gestão de hospitais públicos do Estado. São reconhecidas pelo seu valor justo, apurado de acordo com os valores fixados em contrato e cumprimentos das metas estabelecidas apuradas na prestação de contas mensal.

(iii) Receitas de doações

São alocadas as receitas com doações em espécie, as quais são registradas quando do efetivo recebimento.

(iv) Receitas de venda de produtos

A receita de venda de produtos é reconhecida no resultado quando seu valor pode ser mensurado de forma confiável, todos os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador, a Entidade não detém mais controle ou responsabilidade sobre a mercadoria vendida e é provável que os benefícios econômicos sejam gerados em favor da Entidade.

(v) Receitas financeiras

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros.

3.10.2. Despesas

As despesas são registradas no resultado quando incorridas obedecendo ao regime de competência. As despesas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros na rubrica de despesas financeiras.

3.11. Tributação

A Entidade é isenta do Imposto de Renda e da Contribuição Social por ser uma sociedade civil sem fins lucrativos que presta serviços para os quais foi instituída (Lei nº 9.532/97, artigo 15 e Decreto nº 3.048/99, artigo 12, inciso I, com as alterações introduzidas pela Lei nº 9.732/98).

Considera-se entidade sem fins lucrativos a que não apresente superávit em suas contas ou, caso o apresente em determinado exercício, destine o referido resultado, integralmente, à manutenção e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais (Lei nº 9.532/97, artigo 15 § 3º, alterado pela Lei nº 9.718/98, artigo 10).

As entidades consideradas isentas pela finalidade ou objeto deverão atender aos seguintes requisitos (Lei nº 9.532/97, artigo 15 § 3º alterado pela Lei nº 9.718/98, artigo 10 e 18, IV):

- Não remunerar por qualquer forma seus dirigentes pelos serviços prestados;
- Aplicar integralmente no país os seus recursos na manutenção e desenvolvimento dos objetivos institucionais;
- Manter escrituração completa de suas receitas e despesas em livros revestidos das formalidades que assegurem a respectiva exatidão;
- Conservar em boa ordem, pelo prazo de cinco anos, contados da data da emissão, os documentos que comprovem a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem assim a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial;
- Apresentar, anualmente, declaração de informações ((ECF) Escrituração Contábil Digital, em conformidade com o disposto em ato da Receita Federal do Brasil;
- Não distribuírem qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título;
- Outros requisitos relacionados com o funcionamento dessas entidades, determinados em lei específica.

ASSOCIAÇÃO OBRAS SOCIAIS IRMÃ DULCE

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de Reais)

Estará fora do alcance da tributação somente o resultado relacionado com as finalidades essenciais das entidades sem fins lucrativos. Assim, os rendimentos e os ganhos de capital auferido em aplicações financeiras de renda fixa e variável não são abrangidos pela isenção (Lei nº 9.532/97, artigo 12 § 2º e artigo 15 § 2º).

Com a nova gestão municipal em Salvador, a Entidade necessitou pedir novo reconhecimento de imunidade tributária municipal, por meio do processo nº 87646/2013, tendo seu pleito deferido publicado no Diário Oficial do Município de Salvador, em 19 de março de 2014, para o IPTU, não incidência de Taxa de Coleta, Remoção de Resíduos Sólidos Domiciliares-TRSD.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	Rendimento	2016	2015
Recursos sem restrição:			
Caixa e bancos conta movimento		988	89
Aplicações financeiras	5,00% CDI a 9,8% a.a.	402	464
		1.465	553
Recursos com restrição:			
Caixa e bancos conta movimento		564	423
Aplicações financeiras		-	-
Fundos de curto prazo	5,00%CDI a 13,54% a.a.	14.806	4.200
Poupanças	TR+6,00 a.a.%	4.017	3.352
		19.310	7.975
		20.776	8.528

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Entidade considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Os rendimentos das aplicações são reconhecidos no resultado, quando incorridos, e suas taxas equivalem às de mercado para esse tipo de aplicação.

5. Contas a receber

Descrição	2016	2015
Serviços médico e hospitalar:		
Sistema Único de Saúde - Alta Complexidade. -SUS	4.870	5.278
Plano operativo anual (a)	13.908	18.031
Clientes por vendas de produtos e serviços	2.686	2.146
	21.464	25.455
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(675)	(593)
	20.789	24.862

a) Plano operativo anual

Em função do município de Salvador ter alcançado a gestão plena da saúde, em março de 2006, a SMS-Secretaria Municipal de Saúde de Salvador assumiu a gestão do contrato, por meio do Termo de Convênio 018/2007, cujo objetivo é prestar serviços assistenciais, de ensino, pesquisa e desenvolvimento de tecnologia no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) por meio da integração do hospital à rede regionalizada e hierarquizada do Sistema, sob a forma de Plano Operativo Anual. Em 2011, o Ministério da Saúde por meio da Portaria SAS/MS nº 741, transferiu a Entidade para a gestão estadual, por meio do contrato 111/2011. As Portarias SAS/MS nº297 de março de 2013, nº 176 de março de 2014 e nº 322 de abril de 2015, prorrogaram sucessivamente a permanência da Entidade na gestão estadual. Para os exercícios 2015-2016, a permanência na gestão do Estado da Bahia foi aprovada pela Resolução CIB 067/2015 de maio de 2015. O Plano Operativo Anual é regido pelo Contrato 06/2012, com o 7º Termo Aditivo que vigeu até maio de 2015. A Entidade continuou prestando serviços ao Gestor Local do SUS até 31 de dezembro de 2016, sem cobertura contratual (ver nota 23).

Esse instrumento possui metas físicas de internação, atendimentos ambulatoriais, metas de qualidade, atividades de ensino e pesquisa e metas financeiras que deverão ser cumpridas em pelo menos 95%, para que ele seja renovado para o próximo ano. A Entidade oferta 100% de seus leitos e de sua capacidade instalada para atendimento ambulatorial ao Sistema Único de Saúde.

A Entidade obedecendo a sua vocação e as suas diretrizes estatutárias, em junho de 2013, assumiu a gestão de um centro de convivência para prestar cuidados assistenciais de saúde e sociais à população em risco social, localizada na região do Centro Histórico de Salvador, o “Centro de Convivência Irmã Dulce dos Pobres” - CCIDP, com recursos incluídos no POA no Termo Aditivo 05/2013, ao Contrato 06/2012, no valor mensal de R\$ 168.

Em dezembro de 2014, o 7º Termo Aditivo ao Contrato 06/2012 incorporou ao Teto Financeiro de Média e Alta Complexidade para custeio destinado às entidades públicas com vistas a Qualificação das Redes de Atenção à Saúde (RAS) por meio da formação de especialistas na modalidade Residência Médica em áreas estratégicas do SUS; ampliação e qualificação de 34 leitos na enfermaria clínica de retaguarda, conforme Portaria nº 2.395, de 11 de outubro de 2011, o valor mensal de R\$ 72 a partir de dezembro 2014, perfazendo um total estimado do contrato no valor de R\$ 10.194. Em Setembro de 2016, O Ministério da Saúde publicou a Portaria GM nº 1.662, incorporou ao teto Financeiro da Média e Alta Complexidade do Estado da Bahia a serem repassado para a Entidade no valor mensal de R\$ 1556, incrementando o Contrato nº 06/2012, a partir da competência outubro 2016.

ASSOCIAÇÃO OBRAS SOCIAIS IRMÃ DULCE

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de Reais)

A Entidade constituiu provisão para devedores duvidosos, que julga suficiente para fazer face às expectativas de perda, e cujo saldo em 31 de dezembro de 2016, refere-se a créditos vencidos há mais de 180 dias da data do balanço.

6. Estoques

Os estoques correspondem a medicamentos, material hospitalar e material de suprimento, cuja valorização é feita com base no custo médio de aquisição, não superando o valor de mercado. As provisões para estoques de baixa rotatividade são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

Descrição	2016	2015
Drogas e medicamentos	2.091	1.895
Material hospitalar	1.860	2.050
Outros	2.046	1.958
	5.997	5.903

7. Convênios a receber e recursos de convênio em execução

Descrição	2016	2015
Ativo:		
Secretaria Municipal de Saúde de Salvador		27
SESAB (a)	40.619	32.155
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	(1.396)
	40.619	30.786
Passivo:		
SESAB		-
FNS - Ministério da Saúde (b)	5.134	2.409
Secretaria Municipal de Saúde	395	2.409
Sua Nota e Um Show	304	2.409
Sharp/Dhome	340	2.409
SEMPs	96	46
Secretaria de Justiça -SJDHDS	123	223
PRONAS	418	418
Contratos OS/SESAB - HO (c)	4.377	4.721
Contratos OS/SESAB - HES (c)	8.397	7.465
Contratos OS/SESAB - HRDMDS (c)	13.240	7.703
Contratos OS/SESAB - HSJ (c)	4.058	7.434
	36.882	30.419

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa referente aos convênios a receber está demonstrada a seguir:

ASSOCIAÇÃO OBRAS SOCIAIS IRMÃ DULCE

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de Reais)

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Saldos em 01 de janeiro	1.396	1.404
Adições e baixas	(1.396)	(8)
Saldos em 31 de dezembro	<u>-</u>	<u>1.396</u>

(a) SESAB - Secretaria de Saúde do Estado da Bahia

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Convênios SESAB	-	399
Hospital do Oeste (i)	9.883	10.136
Hospital Eurídice Santana (ii)	1.713	2.130
Hospital São Jorge (iii)	-	6.559
Hospital Regional Mário Dr. Sobrinho Hospital (iv)	12.168	12.931
	<u>23.764</u>	<u>32.155</u>
Não Circulante		
Hospital Eurídice Santana (ii)	436	-
Hospital São Jorge (iii)	10.156	-
Hospital Regional Mário Dr. Sobrinho Hospital (iv)	6.263	-
	<u>16.855</u>	<u>-</u>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	(1.396)
	<u>40.619</u>	<u>30.759</u>

- (i) Hospital do Oeste (HO): refere-se a convênio com a SESAB para execução de ações e serviços de saúde que assegurem assistência universal e gratuita à população no Hospital do Oeste, em Barreiras, Bahia, por meio do contrato nº 002/2013 assinado em janeiro de 2013, por um período de dois anos, com valor mensal de R\$ 4.317. Em agosto de 2014 foi editada a Apostila 090/2014, corrigindo o valor do contrato para R\$ 4.558. A partir de abril de 2015 o valor mensal passou a ser R\$ 4.942. A partir de abril de 2015, a Entidade permaneceu na administração da unidade hospitalar sem cobertura contratual, sob indenização. Em setembro de 2015, foi lançado o Edital de Seleção Pública nº 010/2016, para a contratação de operacionalização e execução das ações e serviços de saúde no Hospital do Oeste, por um período de 24 meses, tendo a Entidade se sagrado vencedora, com valor mensal de R\$ 5.340 (Ver nota 23);
- (ii) Hospital Eurídice Santana (HES): contrato de gestão nº 016/2014 assinado em 1º de março de 2014 para a administração do hospital no município de Santa Rita de Cássia, Bahia, por um período de 2 (dois) anos. A Apostila 090/2015, de novembro de 2015, concedeu reajuste ao contrato, retroativo a fevereiro de 2015, cujo valor mensal é de R\$ 693 (2015 R\$ 693);
- (iii) Hospital São Jorge (HSJ), UPA Roma: contrato de prestação de serviços de gestão com valor mensal de R\$ 2.381 (2015 R\$ 1.998) com vigência até junho de 2015 conforme Termo aditivo nº 122/2014. A gestão é executada sob pagamento por indenização, até a SESAB licitar o contrato. A partir de julho de 2016, a UPA, foi fechada para o atendimento ao público, com a finalidade de concluir as reformas estruturais para a transformação no Hospital da Mulher. A Entidade foi convidada a administrar o novo Hospital, contudo, declinou, manifestando o interesse de devolver a UPA Roma ao Gestor Estadual, consumando-se o fim da gestão da Unidade de Saúde pela Entidade, em dezembro de 2016;

ASSOCIAÇÃO OBRAS SOCIAIS IRMÃ DULCE

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de Reais)

- (iv) Hospital Regional Mário Dourado Sobrinho (HRMDS): contrato nº 046/2012 para a gestão organização, e execução de ações de serviços de saúde administração do hospital no município de Irecê, Bahia, no valor mensal de R\$ 3.216, a partir de outubro de 2012. Em 2013, a Entidade sagrou-se vencedora do procedimento licitatório, assumindo a gestão da unidade hospitalar, por meio do Contrato nº 084/2013, pelo período de 24 meses. Em novembro de 2015 foram publicadas as Apostilas 091 e 092 ao referido contrato, aplicando correções retroativas a dezembro de 2014 e de janeiro a março de 2015, o valor mensal passou a ser R\$ 4.056 (2015 R\$ 4.056). ° Termo Aditivo nº 187/2015, prorroga o contrato até 30 de novembro de 2016. O Termo Aditivo nº 163/2016 prorroga a vigência com termo final em 28 de novembro de 2017.

A Entidade não constituiu provisão para devedores duvidosos, pois entende que há razoável certeza de receber seus créditos junto à Secretaria de Saúde do Estado da Bahia-SESAB, pela gestão das Unidades de Saúde por ela administradas sob a forma de OS (Organização Social), embora na data de 31 de dezembro de 2016, não tenha obtido da SESAB data estimada para a liquidação dos créditos em aberto na data do Balanço, desta forma, reclassificou parte de seus ativos a receber para o Ativo não Circulante.

(b) FNS - Fundo Nacional de Saúde - Ministério da Saúde

A Entidade recebe recursos de convênios do Ministério da Saúde, por meio do Fundo Nacional de Saúde, oriundos de emendas parlamentares, para aplicação em aquisição de equipamentos hospitalares e reforma de sua estrutura física, visando à ampliação de suas dependências e a humanização do atendimento dos pacientes da rede pública e conveniada ao Sistema Único de Saúde, SUS. Em atendimento as Instruções Normativas nº 1/97 e nº 3/2003 da Secretaria do Tesouro Nacional, a Entidade possui obrigatoriedade de prestar conta dos valores aplicados de acordo com as regras de licitação previstas na Lei nº 8.666/93. A Entidade sofre auditoria periódica do Ministério da Saúde, para verificar a adequada aplicação dos recursos públicos, de acordo com as exigências de lei e do plano de trabalho aprovado.

Os saldos passivos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 referem-se aos gastos ainda não realizados pela Entidade e ainda a novos recursos recebidos por meio de convênios firmados com o Ministério da Saúde, destinados à reforma da estrutura física e aquisição de equipamentos hospitalares ou despesas de custeio.

ASSOCIAÇÃO OBRAS SOCIAIS IRMÃ DULCE

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de Reais)

(c) Contratos OS/SESAB

O Governo do Estado da Bahia criou o Programa Estadual de Organizações Sociais com o objetivo de fomentar a absorção da gestão de atividades ou serviços públicos por entidades sem fins lucrativos selecionados e qualificados como Organizações Sociais. Por meio de contrato de gestão, que é o instrumento que institui e disciplina parceria entre o Estado e as Organizações Sociais, pactua-se a gestão de determinados serviços públicos, buscando resultados de eficiência e eficácia com flexibilidade, por meio de metas pactuadas, sem descuidar dos princípios que regem a administração pública, principalmente a eficiência e a economicidade, atualmente regida pela Lei nº 8.647, em 22 de janeiro de 2004, e pelo Decreto nº 8.890.

Com a finalidade de ajustar o resultado do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, ao cumprimento do que determina a legislação pertinente, a Entidade constituiu provisão para devolução dos repasses dos convênios, no montante dos resultados líquidos apurados em cada contrato de gestão.

(i) Hospital do Oeste (HO)

Hospital do Oeste	2016	2015
Receitas operacionais brutas		
Com restrição:		
Programa de Saúde	59.471	58.135
Rendimentos financeiros	32	-
Outros recursos recebidos	3	-
Resultado operacional bruto	59.506	58.135
Receitas/(despesas) operacionais		
Despesas com pessoal	(41.849)	(40.059)
Despesas gerais e administrativas	(6.197)	(5.724)
Materiais	(12.174)	(10.356)
Depreciação	(21)	(26)
Outras receitas	397	311
Superávit/(déficit) antes das (despesas) financeiras	(338)	2.281
Receitas financeiras	-	-
Despesas financeiras	(3)	(1)
Superávit/(déficit) do exercício	(341)	2.280

ASSOCIAÇÃO OBRAS SOCIAIS IRMÃ DULCE

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de Reais)

(ii) Hospital Eurídice Santana

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Receitas operacionais brutas		
Com restrição:		
Programa de Saúde	8.321	8.252
Rendimentos financeiros	12	-
Resultado operacional bruto	<u>8.333</u>	<u>8.252</u>
Receitas/(despesas) operacionais		
Despesas com pessoal	(5.265)	(4.986)
Despesas gerais e administrativas	(1.057)	(916)
Materiais	(1.074)	(884)
Depreciação	(5)	(7)
Superávit/(déficit) antes das (despesas) financeiras	<u>932</u>	<u>1.459</u>
Superávit/(déficit) do exercício	<u><u>932</u></u>	<u><u>1.459</u></u>

(iii) Hospital São Jorge - UPA Roma

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Receitas operacionais brutas		
Com restrição:		
Programa de Saúde	23.684	23.980
Rendimentos financeiros	35	-
Resultado operacional bruto	<u>23.719</u>	<u>23.980</u>
Receitas/(despesas) operacionais		
Despesas com pessoal	(15.898)	(17.799)
Despesas gerais e administrativas	(9.539)	(2.986)
Materiais	(1.579)	(2.123)
Depreciação	(18)	(20)
Outras despesas	(61)	(3)
Superávit/(déficit) do exercício	<u><u>(3.376)</u></u>	<u><u>1.049</u></u>

ASSOCIAÇÃO OBRAS SOCIAIS IRMÃ DULCE

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de Reais)

(iv) Hospital Regional Doutor Mário Dourado Sobrinho

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Receitas operacionais brutas		
Com restrição:		
Programa de Saúde	50.116	48.061
Rendimentos financeiros	38	-
Resultado operacional bruto	<u>50.154</u>	<u>48.061</u>
Receitas/(despesas) operacionais		
Despesas com pessoal	(32.718)	(32.282)
Despesas gerais e administrativas	(3.662)	(3.272)
Materiais	(8.230)	(7.544)
Depreciação	(2)	(2)
Outras receitas	-	-
Superávit/(déficit) antes das (despesas) financeiras	<u>5.543</u>	<u>4.961</u>
Despesas financeiras	(5)	(6)
Superávit/(déficit) do exercício	<u><u>5.537</u></u>	<u><u>4.955</u></u>

8. Depósitos judiciais

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Depósitos judiciais	1.463	1.200
Bloqueios judiciais	1.140	691
	<u>2.603</u>	<u>1.891</u>

A movimentação dos depósitos judiciais pode ser assim demonstrada:

Saldos em 31 de dezembro de 2014	<u>1.898</u>
Adições	3
Baixas	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015	<u>1.891</u>
Adições	2.577
Baixas	(1.865)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	<u>2.603</u>

Os depósitos judiciais são constituídos por valores depositados em conta remunerada e vinculada em bancos oficiais, com o objetivo de garantir a viabilidade do conhecimento dos recursos nas ações que a Entidade figura como parte.

ASSOCIAÇÃO OBRAS SOCIAIS IRMÃ DULCE

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de Reais)

Os bloqueios judiciais são recursos bloqueados pelo juiz, em recursos em conta corrente ou aplicações financeiras, até o montante do valor da causa nas ações que a Entidade é ré, como garantia de futura execução judicial contra a Entidade, pela outra parte se vencedora na ação.

9. Imobilizado

	2016		2015	
	Custo reavaliado	Depreciação acumulada	Custo reavaliado	Líquido
Edificações e benfeitorias	46.886	(9.169)	37.717	38.912
Máquinas e equipamentos	5.494	(2.856)	2.638	2.853
Equipamentos médicos	25.415	(13.219)	12.196	12.364
Aparelhos diversos	1.311	(524)	787	680
Móveis e utensílios	3.370	(2.155)	1.215	1.315
Veículos	1.519	(1.169)	350	452
Equipamentos de informática	8.289	(6.148)	2.141	2.477
Outros ativos	130	-	130	128
Terrenos	2.777	-	2.777	2.777
Obras em andamento (a)	260	-	260	41
Recursos de doações e subvenções	(18.901)	-	(18.901)	(17.838)
	76.550	(35.240)	41.310	44.161

- (a) Refere-se, principalmente, aos custos incorridos com a reforma da Capela no Centro Educacional Santo Antônio-CESA;
- (b) A Entidade mantém registrada reavaliação dos bens do ativo imobilizado, resultando em mais valia de R\$ 11.799 (Em 2015 R\$12.204), contabilizada a débito do ativo imobilizado em contrapartida da reserva de reavaliação no patrimônio líquido.

A movimentação do saldo no exercício é a seguinte:

	31/12/2015	Adições	Baixas	Transf.	31/12/2016
Imobilizado em serviço - Custo					
Edificações e benfeitorias	46.757	292	(163)	-	46.886
Máquinas e equipamentos	5.359	182	(47)	-	5.494
Equipamentos médicos	23.629	1.948	(162)	-	25.415
Aparelhos diversos	1.263	81	(33)	-	1.311
Móveis e utensílios	3.285	165	(25)	(55)	3.370
Veículos	1.519	-	-	-	1.519
Equipamentos de informática	8.001	484	(196)	-	8.289
Outros ativos	128	2	-	-	130
Terrenos	2.777	-	-	-	2.777
	92.718	3.154	(626)	(55)	95.191
Depreciação acumulada					
Edificações e benfeitorias	(7.845)	(1.324)	-	-	(9.169)
Máquinas e equipamentos	(2.506)	(361)	11	-	(2.856)
Equipamentos médicos	(11.265)	(1.954)	-	-	(13.219)
Aparelhos diversos	(583)	(88)	147	-	(524)
Móveis e utensílios	(1.970)	(185)	-	-	(2.155)
Veículos	(1.067)	(102)	-	-	(1.169)
Equipamentos de informática	(5.524)	(802)	178	-	(6.148)
	(30.760)	(4.816)	337	-	(35.240)
Subtotal	61.958	(1.662)	(289)	(55)	59.951
Obras em andamento	41	164	-	55	260
Valores provenientes de convênios	(17.838)	(153)	1.216	-	(18.901)
	44.161	(1.973)	1.248	-	41.310

ASSOCIAÇÃO OBRAS SOCIAIS IRMÃ DULCE

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de Reais)

10. Empréstimos e financiamentos

	Encargos	2016	2015
Bradesco S.A. - Conta Garantida	100% CDI + 0.3% a.m.	1.961	-
Bradesco S.A. - CDC	15,39% a. a	442	662
Bradesco S.A. - Capital de Giro	14,30% a. a	0	38
Santander S.A. - Conta Garantida	1,62% a.m.	-	-
Santander S.A. - Leasing	17,32%a.a	32	134
Finame Banco do Brasil S.A.	4,7% a.a./8,7% a.a.	4	98
Banco do Brasil S.A. - Conta Garantida	100% CDI + 0,59% a.m.	-	-
Banco HP Financial - Arrendamento Mercantil	1,08% a.m.	0	88
		2.439	1.020
Circulante		2.218	526
Não circulante		221	494

Os montantes de longo prazo têm a seguinte composição por ano de vencimento:

Ano	2016	2015
2016	-	524
2017	2.218	494
2018	221	-
Total	2.439	1.020

11. Obrigações sociais e trabalhistas

	2016	2015
Salários a pagar	7.269	5.858
FGTS a recolher	1.094	1.012
INSS a recolher	873	615
Provisão de férias	11.235	10.513
FGTS sobre férias	899	934
Outros	-	10
	21.370	18.942

12. Provisão para rescisões trabalhistas

A Entidade, com a finalidade de reconhecer os efeitos da Lei nº 8.647/2003 do Estado da Bahia a qual rege as atividades das Organizações Sociais no âmbito dos contratos com o Estado da Bahia, provisionou montante correspondente aos efeitos de rescisões trabalhistas de seus colaboradores lotados nos hospitais por ela administrados: (i) Hospital do Oeste (HO) encerrou-se em 1º de abril de 2015, permanecendo sob a administração da Entidade em regime de indenização até 31 de janeiro de 2017, quando foi assinado novo contrato de gestão. (ver nota 23). (ii) O Hospital São Jorge (HSJ)-UPA Roma, encerrou o ultimo Termo Aditivo ao Contrato Emergencial nº 77/2009, em 11 de junho 2015, contudo essa Unidade de Saúde esteve sob a gestão da Entidade até dezembro de 2016, sob o regime de indenização (ver nota 7); (iii) o Hospital Regional Doutor Mário Sobrinho (HRMDS), encerrou-se em 30 de novembro de 2015, teve seu prazo de vigência prorrogado em dezembro de 2016, por meio do Termo Aditivo nº 163/2016, até 30 de novembro de 2017. (iv) O Hospital Eurídice Santana (HES), teve seu contrato encerrado em 1º de março de 2016, tendo sido prorrogado por meio do Termo Aditivo nº028/2016, por um ano, com termo final em 28 de fevereiro de 2017.

ASSOCIAÇÃO OBRAS SOCIAIS IRMÃ DULCE

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de Reais)

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Hospital do Oeste	5.535	4.734
Hospital Eurídice Santana	747	634
Hospital São Jorge	392	2.090
Hospital Regional Mário Dr. Sobrinho	3.053	2.517
	<u>9.727</u>	<u>9.975</u>

13. Provisão para riscos cíveis e trabalhistas

As provisões para riscos cíveis e trabalhistas foram constituídas para fazer face às perdas prováveis em processos administrativos e judiciais relacionados a processos trabalhistas e cíveis, com expectativa de perda provável, segundo o aconselhamento e avaliação de advogados e assessores jurídicos, como segue:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Trabalhistas (a):		
Plano Collor	5.583	5.285
Provisão para riscos trabalhistas - HSJ	5.958	-
Outras	515	640
Total	<u>12.056</u>	<u>5.925</u>
Cíveis (b)	152	102
	<u>12.208</u>	<u>6.027</u>

A movimentação dos saldos é apresentada a seguir:

	<u>Trabalhistas</u>	<u>Cíveis</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2014	5.687	102	5.789
Adição	238	-	238
(-) Baixa	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015	<u>5.925</u>	<u>102</u>	<u>6.027</u>
Adição	6.131	50	6.181
(-) Baixa	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016	<u>12.056</u>	<u>152</u>	<u>12.208</u>

(a) Trabalhistas

Plano Collor

A Entidade é ré em ação judicial movida pelo Sindicato dos Profissionais de Enfermagem, Técnicos, Duchistas e Massagistas de Salvador, em que 616 profissionais questionam a compensação de 84,32% que teria sido realizada indevidamente na correção salarial de 1º de janeiro de 1992. A Entidade entrou com ação cautelar e rescisória, objetivando a suspensão da execução que se promovia do processo, tendo obtido despacho favorável. Após essa decisão, o Sindicato ingressou com Embargos de Declaração que se encontra pendente de julgamento.

Outras

A Entidade é ré em diversas outras ações trabalhistas movidas por ex-funcionários. A maioria das ações pleiteia a complementação do pagamento de horas extras, que os reclamantes julgam ter direito, para as quais mantém provisão no montante de R\$ 515, constituída com base na expectativa de perdas estimada por seus consultores jurídicos.

Provisão para riscos trabalhistas - HSJ

Em razão do encerramento do Contrato de Gestão do Hospital São Jorge, com o fim de reconhecer no resultado da Unidade um possível risco trabalhista relacionado ao modelo de contratação de profissionais médicos que atuaram nessa Unidade de Saúde ao longo da relação contratual, estimou com base nos montantes pagos no últimos 5(cinco) exercícios constituiu provisão no valor de R\$ 5.958.

(b) Cíveis

A Entidade é ré em algumas ações cíveis movidas por pacientes que pleiteiam indenizações por erros médicos e danos morais, para os quais foi constituída provisão no montante de R\$ 50 (2015 - R\$102), com base na expectativa de perdas estimada por seus consultores jurídicos.

Adicionalmente, a Entidade possui outros processos de naturezas tributárias, trabalhistas e cíveis avaliados como perdas possíveis, para os quais não foram constituídas provisões, cujos saldos em 31 de dezembro de 2016 somam R\$ 4.703 (2015 - R\$ 4.092).

14. Patrimônio líquido

a) Fundo patrimonial

Composto pelo patrimônio de formação da Entidade, no montante de R\$ 8.198.

b) Doações e subvenções

Formado pelas doações de bens imóveis, veículos, equipamentos, ou pelos recursos doados especificamente para a aquisição de bens dessa natureza até 31 de dezembro de 2007, no montante de R\$19.705. A partir de 1º de janeiro de 2008, a Entidade passou a contabilizar esses valores em conta redutora do ativo originado pelas doações e subvenções, em analogia ao CPC 07, aprovado pela Resolução CFC nº 1.143/08.

ASSOCIAÇÃO OBRAS SOCIAIS IRMÃ DULCE

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de Reais)

c) Reserva de reavaliação

Em 31 de agosto de 2005, a Entidade procedeu à reavaliação dos bens do ativo imobilizado. Com o advento da Lei nº 11.638/07, a Entidade decidiu manter o saldo da reserva de reavaliação em conformidade com as isenções permitidas pelo CPC 13, que está sendo apropriada ao superávit acumulado com base na depreciação e ou baixa dos bens reavaliados. Em 31 de dezembro de 2016 a Entidade possuía registrado na reserva de reavaliação o montante de R\$ 11.799 (2015 - R\$ 12.204).

15. Receitas operacionais com restrição - Programa de saúde

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
SESAB - Hospital do Oeste	59.903	58.135
SESAB - Hospital Eurídice Santana	8.333	8.252
SESAB - Hospital São Jorge	23.658	23.980
SESAB - HMDS	50.154	48.061
	<u>142.048</u>	<u>138.428</u>

16. Receitas operacionais sem restrição - Sistema Único de Saúde - POA

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Plano Operativo Anual	112.917	107.805
FAEC/Alta complexidade	23.248	17.726
	<u>136.165</u>	<u>125.531</u>

Desde setembro de 2004, a Entidade assinou contratos para a prestação de serviços de saúde, colocando à disposição do Gestor Público de Saúde todos os seus leitos hospitalares, bem como integralmente a prestação de serviços ambulatoriais, recebendo recursos orçamentários do Ministério da Saúde, por intermédio da Secretaria de Saúde do Estado da Bahia-SESAB. Os contratos estabelecem metas quantitativas e qualitativas, remunerando-as com uma parte fixa que corresponde à produção de procedimentos de baixa e média complexidade, incentivo destinado aos hospitais-escola, incentivo à contratualização e a uma parte variável que abrange procedimentos de Alta Complexidade e ao FAEC (Fundo de Ações Estratégicas e Compensação), mas submetido a teto físico-financeiro. A partir de outubro de 2016 o Plano Operativo Anual, correspondente à parcela fixa tem o valor mensal de R\$ 10.266

ASSOCIAÇÃO OBRAS SOCIAIS IRMÃ DULCE

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de Reais)

17. Custo dos serviços prestados - Saúde

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Hospital Santo Antônio	118.178	115.397
SESAB - Hospital do Oeste	60.193	56.166
SESAB-Hospital Eurídice Santana	7.401	6.793
SESAB - Hospital São Jorge	21.066	22.928
SESAB - HMDS	44.517	43.106
	-	-
	<u>251.355</u>	<u>244.390</u>

18. Despesas com pessoal

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Salários	14.572	13.603
FGTS	1.746	1.555
13º salário	1.369	1.184
Férias	1.882	1.634
Vale transporte	265	264
Seguro	63	60
Bolsa estágio	112	106
Desconto aviso prévio	151	122
Outras	167	240
	<u>20.327</u>	<u>18.768</u>

19. Despesas gerais e administrativas

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Provisão para contingências	6.182	238
Serviços de terceiros	1.960	2138
Manutenção	732	802
Aluguéis	630	693
Energia elétrica	415	454
Água	291	321
Telefone	128	139
Refeições	82	91
Impressos	69	63
Manutenção de veículos	88	60
Contribuições	11	67
Despesas com viagens	43	51
Seguros	92	89
Treinamento	27	56
Doações efetuadas	154	108
Outras	192	214
SESAB - Hospital do Oeste	(341)	2.280
SESAB - Hospital Eurídice Santana	932	1.459
SESAB - Hospital São Jorge	(3.376)	1.049
SESAB - HRMDS	5.537	4.955
	<u>13.848</u>	<u>15.327</u>

20. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

(a) Fatores de risco financeiro

As atividades da Entidade a expõe a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa), risco de preço, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Entidade se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Entidade.

A gestão de risco é realizada pela alta administração da Entidade, que identifica, avalia e protege a Entidade contra eventuais riscos financeiros.

Risco de mercado

(i) Risco cambial

O risco associado decorre da possibilidade da Entidade vir a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzam valores nominais faturados ou aumentem valores captados no mercado.

Em 31 de dezembro de 2016, a Entidade não possuía exposição cambial significativa, não existindo nenhum instrumento de proteção cambial.

(ii) Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros decorre da existência de empréstimos de longo prazo.

Em 31 de dezembro de 2016, a Entidade não possuía empréstimos de longo prazo, não existindo risco significativo de taxa de juros.

Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a receber.

Para bancos e instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades consideradas de primeira linha.

A Administração avalia a qualidade do crédito, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores.

ASSOCIAÇÃO OBRAS SOCIAIS IRMÃ DULCE

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de Reais)

Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pela Administração. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente.

A Administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes, além da provisão já constituída.

Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela administração da Entidade.

A administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Entidade para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos da Entidade, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos
Saldos em 31 de dezembro de 2015			
Fornecedores	9.458	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016			
Fornecedores	9.725	-	-

21. Seguros

Os bens, interesses e responsabilidades estão segurados por valores que a Administração considerou suficientes para cobertura de eventuais perdas, cujo montante segurado foi de R\$ 162.415 (2015 R\$ 158.760), incluindo bens de terceiros (Nota Explicativa nº 7).

As premissas adotadas para a avaliação da importância segurada e riscos contidos, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

ASSOCIAÇÃO OBRAS SOCIAIS IRMÃ DULCE

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de Reais)

22. Imunidade e isenção dos impostos e contribuições

A Entidade é imune a impostos e contribuições, nos termos da Constituição Federal, artigo 150, parágrafo VI item c, pelo fato de ser uma entidade sem fins lucrativos, e obteve renovação do CEBAS - Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos, junto ao Ministério da Saúde para o triênio de 1º de janeiro de 2012 a 31 de dezembro 2015, por meio da portaria SAS/MS nº 784, de 28 de junho de 2016.

Em 09 de outubro de 2015, em cumprimento à Lei nº 12.101/2012, foi protocolado o pedido de renovação do CEBAS para o Triênio 2016-2018, com o número SIPAR 25000.165523/2015-16, em tramitação. Com as alterações sofridas pela Lei 12.868/2013, o prazo para protocolar novo pedido de renovação do CEBAS passa a ser de até 360 dias do ano de vencimento, mesmo que o Certificado anterior não tenha sido concedido. Desse modo, no decorrer do exercício de 2015, a Entidade protocolou pedido de renovação para o triênio 2016-2018. Caso não possuísse o referido Certificado, seria devido o montante aproximado de R\$32.517, no exercício de 2016 (2015 - R\$30.604), a título de contribuição previdenciária patronal.

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
INSS Empresa	22.581	21.253
Terceiros	6.549	6.163
SAT	3.387	3.188
	-	-
	<u>32.517</u>	<u>30.604</u>

A Entidade atua preponderantemente na área de saúde, de acordo com a Lei nº 12.101/2012 e suas alterações, desse modo, ofertou em conformidade a referido arcabouço legal e a Portaria MS nº 1.970 de 16 de agosto de 2011, no mínimo 60% de seus serviços ao SUS:

- (i) Comprovou o cumprimento das metas estabelecidas em convênio ou instrumento congênere celebrado junto ao gestor local do SUS;
- (ii) Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, realizou o somatório das internações realizadas e o total de procedimentos ambulatoriais:

2016

	<u>Quantitativo de internações hospitalares</u>	<u>Número de pacientes-dia</u>	<u>Quantitativo de atendimentos ambulatoriais</u>
SUS	16.710	268.031	2.230.817
Não SUS	-	-	-
Total	<u>16.710</u>	<u>268.031</u>	<u>2.230.817</u>
Percentual de serviços ofertados ao SUS	100%	100%	100%

ASSOCIAÇÃO OBRAS SOCIAIS IRMÃ DULCE

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de Reais)

2015

	Quantitativo de internações hospitalares	Número de pacientes-dia	Quantitativo de atendimentos ambulatoriais
SUS	16.495	268.094	2.087.837
Não SUS	-	-	-
Total	16.495	268.094	2.087.837
Percentual de serviços ofertados ao SUS	100%	100%	100%

23. Eventos subsequentes

Em 13 de março de 2017, foi assinado o Contrato nº 014/2016, para execução das ações e serviços de saúde no Hospital Santo Antônio, na forma de Plano Operativo (PO) com validade de 180 dias, que incorpora ao limite financeiro da Média e Alta Complexidade, valor de R\$ 1.556, em conformidade ao estabelecido na Portaria PT GM 1.662 de 14 de setembro de 2016.

Foi assinando em 1º de fevereiro, contrato nº 011/2017, de gestão operacionalização e execução das e ações de saúde e serviços no Hospital do Oeste, que vigorará por 24 meses, com valor mensal de R\$ 5.340.